

# Pioneiro

AO  
TEU  
LADO

Ano 77 - nº 15.318

CAXIAS DO SUL, 31 DE MARÇO DE 2025



## PÁGINA CERTIFICADA

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em [pioneiro.com/publicidadelegal](http://pioneiro.com/publicidadelegal)

# Publicidade Legal

## ANUNCIE AQUI

☎ (54) 3218-1234

✉ [contato.comercial@gruporbs.com.br](mailto:contato.comercial@gruporbs.com.br)



A NAÇÃO BRASILEIRA  
AO IMIGRANTE



★ continuação		Notas explicativas às demonstrações financeiras da Marcopolo Trading S.A. (Em milhares de Reais)			
<b>9. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes:</b>				<b>2024</b>	<b>2023</b>
Conciliação					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		429	1.000		
Alíquota nominal %		34	34		
		(146)	(340)		
Adições e exclusões permanentes					
Outras adições (exclusões), líquidas		23	24		
		(123)	(316)		
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		(123)	(316)		
Diferido		-	-		
		(123)	(316)		
Alíquota efetiva - %		0,3	0,3		
<b>10. Patrimônio líquido: a. Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é composto por 5.000.000 (em 31 de dezembro de 2023, o capital era composto por 5.000.000) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. <b>b. Reserva legal:</b> É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. <b>c. Reserva para futuro aumento de capital:</b> Corresponde a 100% do saldo de lucros acumulados remanescentes após a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme reserva estatutária. <b>d. Dividendos:</b> A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:		<b>2024</b>	<b>2023</b>		
		306	684		
		(15)	(34)		
		291	650		
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>					
às companhias fechadas, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.					
Dividendos mínimo obrigatório (25%)				2024	2023
Dividendo complementar				73	162
Os dividendos por ação do capital serão de R\$ 1,45 por lote de mil ações em 2024. Os dividendos por ação do capital foram de R\$ 3,25 por lote de mil ações em 2023. <b>e. Transações com acionistas:</b> Em 28 de fevereiro de 2024 a Companhia efetuou um pagamento de R\$ 6.000 ao acionista a título de dividendos. No entanto, em função de não apresentar saldo em reservas de lucros suficiente para a distribuição, a Companhia manteve o montante de R\$ 1.649, reduzindo o patrimônio líquido o qual será regularizado futuramente com o seu único acionista. <b>11. Resultado financeiro:</b>				2024	2023
Receitas financeiras				-	1
Juros e variações monetárias recebidos				487	1.069
Rendas de aplicações financeiras				487	1.070
Despesas financeiras				-	(1)
Juros sobre empréstimos e outros				(2)	(2)
Outros				(2)	(3)
Resultado financeiro, líquido				485	1.067
<b>12. Lucro por ação:</b> O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações. Durante o exercício a Companhia não adquiriu ações próprias, bem como não mantém ações em tesouraria. O lucro diluído por ação não apresenta efeito de diluição devido a não possuir opções de compra de ações.				<b>Básico e Diluído</b>	
				<b>2024</b>	<b>2023</b>
Lucro atribuído aos acionistas				306	684
Quantidade média de ações (milhares)				5.000	5.000
Lucro por ação				0,06	0,14
<b>Aos Administradores e Acionistas da Marcopolo Trading S.A. - Caxias do Sul - RS. Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da Marcopolo Trading S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marcopolo Trading S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:</b> A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida					
				<b>Porto Alegre, 31 de março de 2025</b>	
				<b>KPMG</b>	
				<b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b>	
				CRC SP-014428/F-7	
				<b>Luis Claudio de Oliveira Guerreiro</b>	
				CRC-RJ 093679/O-1	
				<b>Contador</b>	
				<b>Leandro Antonio Basso - CRC-RS 59.513/O-4</b>	
<b>Diretoria</b>					
<b>André Vidal Armaganijan - Diretor</b>		<b>José Antonio Valiati - Diretor</b>			

**CASTERTECH FUNDIÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.**  
 CNPJ 08.304.706/0001-59 - NIRE 43205776952  
**Ata nº 49 de Reunião de Sócia**  
**DATA, HORA E LOCAL:** 28 de março de 2025, às 10 horas, na Av. Abramo Randon, nº 1262, Anexo A, CEP 95055-010, em Caxias do Sul (RS). **CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada a convocação em face da presença da sócia titular de 100% do capital social, a Randon S.A. Implementos e Participações, representada por seus diretores Sérgio Lisbão Moreira de Carvalho e Paulo Prignolato. **MESA:** Sérgio Lisbão Moreira de Carvalho, Presidente, e Paulo Prignolato. **ORDEM DO DIA:** Deliberar acerca da redução do capital social, nos termos do inc. II do artigo 1.082 da Lei nº 10.406/2002. **DELIBERAÇÕES:** A Sócia (i) consignou que a reunião atendeu a todas as formalidades legais; (ii) aprovou reduzir o capital social, nos termos do inc. II do artigo 1.082 da Lei nº 10.406/2002, no valor de R\$ 54.788.057,00, mediante a restituição proporcional do valor das quotas a sócia Randon S.A. Implementos e Participações, em moeda corrente nacional; (iii) aprovou alterar o contrato social em ato apartado, de modo a refletir a redução do capital social ora aprovada, passando o capital social a ser de R\$ 220.411.943,00, dividido em 220.411.943 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, todas de titularidade da sócia Randon S.A. Implementos e Participações; e (iv) aprovou a publicação do extrato sumário desta ata para fins e efeitos do artigo 1.084 da Lei nº 10.406/2002. **Encerramento:** Foi encerrada a reunião e lavrada a ata, que lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Caxias do Sul (RS), 28 de março de 2025. **Randon S.A. Implementos e Participações - Sérgio Lisbão Moreira de Carvalho - Diretor; Paulo Prignolato - Diretor.**



**PÁGINA CERTIFICADA**

O jornal Pioneiro confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em [pioneiro.com/publicidadelegal](http://pioneiro.com/publicidadelegal)

# EDITAIS TÊM ESPAÇO RESERVADO

**LIGUE**  
**54 3218.1234**





MADAL PALFINGER S.A.

CNPJ 88.613.856/0001-83 NIRE 43300003345

Relatório da Administração: Aos acionistas da Madal Palfinger SA. Caxias do Sul-RS: As Demonstrações Financeiras da Madal Palfinger S.A. ("Companhia") compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas Demonstrações de Resultado, do Resultado Abrengente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. A administração também é responsável pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de se causada por fraude ou erro. Caxias do Sul, 28 de março de 2025.

Table with columns: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, and Demonstrações dos Resultados Abrengentes. Rows include Ativo Circulante, Passivo Circulante, and various financial metrics for 2024 and 2023.

Table titled 'Demonstrações dos Fluxos de Caixa' showing Cash flow from operations, financing, and investing activities for 2024 and 2023.

Table titled 'Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido' showing changes in equity components like Reservas de Lucros, Lucros Acumulados, and Total Patrimônio Líquido for 2024 and 2023.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações sobre a Companhia: A Madal Palfinger S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima de capital fechado localizada na Rua Flávio F. Bellini, 350 - Bairro Salgado Filho, Caxias do Sul - RS, que tem por objeto a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de máquinas industriais e caminhões para o transporte, movimentação, carga e descarga de materiais, bem como suas peças e acessórios, a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção dos produtos acima mencionados, a fabricação e venda de plataformas elevatórias e rampas de acesso veicular para acessibilidade em veículos para o transporte coletivo de passageiros, bem como de suas partes e peças, treinamentos com relação a todos os produtos mencionados anteriormente a clientes, podendo ainda participar de outras Sociedades. A composição acionária da Madal Palfinger S.A. conta com 99,94% de participação da Palfinger Americas GmbH, localizada em Salzburg na Áustria, e demais 0,06% em participação de acionistas minoritários pessoa física. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento são aquelas que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão detalhadas na Nota 4. A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 25 de março de 2025. 2.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: Reforma Tributária sobre o Consumo: Em 05 de junho de 2024, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024 para regulamentar a Emenda Constitucional nº 132/2023 ("EC"), que aprovou a reforma tributária sobre o consumo. Em 20/12/2024 Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional que muda o sistema de tributação do consumo. O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da Lei C. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. 2.2. Enchentes no Rio Grande do Sul: Em maio de 2024, fortes chuvas atingiram o estado do Rio Grande do Sul provocando enchentes e deslizamentos de terra. Para questões de segurança e acesso dos colaboradores da Companhia, os expedientes foram encerrados nos dias 03 e 04 de maio de 2024. Após isso, em virtude de não haver mais indicadores de condição insegura aos colaboradores, a companhia retomou suas atividades sem maiores impactos na sua operação. Foi montado um Comitê interno de gestão crise que iniciou uma campanha de doações a fim de arrecadar fundos para destinação a cidades e famílias afetadas pelas enchentes. Foram doados R\$ 140 mil para famílias de colaboradores Palfinger afetadas, além de cerca de R\$ 100 mil em mantas, agasalhos, roupas íntimas, toalhas de banho e kits para bebês destinados a entidades públicas de ajuda humanitária. 2.3. Tributação Mínima Global: Em dezembro de 2021, a Organização Mundial de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras de Pillar II para reformular a tributação internacional, visando garantir que as multinacionais elegíveis, isto é, aquelas com receitas globais superiores a 750 milhões de euros, paguem um imposto complementar sobre os lucros de suas subsidiárias que estejam sendo tributadas a uma alíquota efetiva inferior a 15% por jurisdição (Global Minimum Top-up Tax). No Brasil, em 27 de dezembro de 2024 foi publicada a Lei 15.079, que instituiu o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro, no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra Erosão da Base Tributária (GloBE Rules), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro estabelece um dos mecanismos previstos pela OCDE para as regras do Pillar II, o Qualified Domestic Minimum Top-up TAX (QDMTT). A legislação prevê ainda que, em 2025, o Poder Executivo submeta ao Congresso Nacional proposta legislativa para introdução do Income Inclusion Rule (IIR). A Companhia está em processo de avaliação se há alguma exposição decorrente da legislação de Pillar II. Com base em uma avaliação preliminar das novas regras, não se espera uma exposição relevante. Considerando que as informações para uma análise abrengente ainda estão sendo avaliadas e devido à complexidade da nova legislação, a Companhia espera concluir a avaliação no decorrer de 2025. 2.4. Preço de Transferência (Transfer Pricing): Com a publicação da Lei 14.596/23, regulamentada pela Instrução Normativa 2.161/23, o Brasil alinhou seu modelo de Preço de Transferência aos padrões internacionais estabelecidos pelas diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As novas regras determinam que operações transfronteiriças, comerciais ou financeiras, entre partes relacionadas relacionadas nos termos da Lei, devem ser precificadas como se fossem realizadas entre partes não relacionadas (princípio do arm's length) para fins de determinação da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A Companhia se adequou ao novo regime de Preço de Transferência a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia revisou suas operações com partes relacionadas para garantir conformidade com as novas regulamentações. Após avaliação, concluiu-se que todas as operações sujeitas às regras de Preço de Transferência estão em conformidade com o princípio previsto no art. 2º da Lei 14.596/23, não havendo, portanto, necessidade de ajustes nos preços de transferência na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. 2.5. Novos pronunciamentos: As emissões/alterações de pronunciamentos efetuados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são efetivos para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. 3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação

valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. 3.11. Ações em tesouraria: Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital. 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia efetua diversas estimativas, as quais foram determinadas com base em julgamento da Administração e, quando necessário, com base em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenda como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. 4.1 Provisões para litígios: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. 4.2 Provisões para estoques obsoletos ou de lenta movimentação: A Companhia efetua o provisionamento de seus estoques de matéria-prima e componentes produtivos como obsoletos ou de lenta movimentação baseado em critérios qualitativos e quantitativos. De forma quantitativa, a companhia compara a quantidade atual do artigo em estoque com a quantidade consumida nos últimos 36 meses e com a quantidade planejada para consumo nos próximos 36 meses, o que for maior. A diferença positiva dessa comparação representa um estoque de giro lento, para o qual uma provisão é constituída. Qualitativamente, são avaliados se os artigos são parte de algum novo projeto ou protótipo, para o qual ainda não há um planejamento de consumo futuro, o que permite desconsiderar tais itens para provisionamento. Em relação ao estoque de peças de reposição, a companhia efetua o provisionamento proporcional a 10 anos de permanência em estoque para atendimento da legislação brasileira de fornecimento de garantia. Por fim, em relação aos produtos prontos, a companhia considera o artigo como de giro lento a partir do sexto mês em estoque proporcionalmente ao período de vida útil de 5 anos. 4.3 Provisões para garantias: Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia e uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação às probabilidades associadas. 4.4 Ativo Intangível Agio: O valor registrado na conta de Agio no grupo de ativos intangíveis da Companhia deriva de reestruturação societária ocorrida em junho de 2021 na qual a Companhia incorporou sua controlada Palfinger Tercek Indústria de Elevadores Veiculares Ltda, cujo montante de agio gerado na aquisição da própria Palfinger Tercek fazia parte dos ativos registrados na controlada e que foram incorporados. Tal ativo é de vida útil indefinida, não sendo, portanto, amortizado. Anualmente a Companhia efetua análise em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da unidade geradora de caixa. 5. Caixa e equivalente de caixa: 31/12/24 31/12/23 Caixa e bancos 1.097 393 Aplicações financeiras 27.313 14.962 28.410 15.355

Table titled 'Vida útil estimada' showing estimated useful lives for various assets: Prédios (25 anos), Benefícios (10 anos), Instalações industriais (10 anos), Máquinas e equipamentos (14 anos), Móveis e utensílios (10 anos), Ferramental de produção (10 anos), Veículos (5 anos), Equipamentos de informática (5 anos).

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão definidas abaixo. 3.1. Reconhecimento da receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos, devoluções e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle, os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas são sempre reconhecidas pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. 3.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, também, a sua moeda de apresentação no relatório das demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. 3.3. Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e empréstimos e financiamentos. Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias: Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidas no resultado quando incorridos. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após reconhecimento inicial, passivos financeiros mensurados ao custo amortizado sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia não mantém operação com instrumento financeiro derivativo. 3.4. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, contas bancárias e investimentos cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses e apresentem liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. 3.5. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não receberam todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Adicionalmente, as perdas esperadas são provisionadas com base no risco país considerado como tal o país de residência do cliente. 3.6. Estoques: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: Matérias primas - custo de aquisição, considerando o critério do custo médio. Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão

Table titled 'Alíquotas' showing tax rates for various categories: Mercadorias e Serviços (7%, 12% e 17%), COFINS - Contrib. para Seguridade Social (7,60%), PIS - Programa de Integração Social (1,65%), ISSQN - imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (2% e 4%), Saldo no início do exercício (6.337), Adições (4.626), Recuperações / realizações (1.595), Saldo no final do exercício (9.368).

As receitas de vendas e serviços são apresentadas na demonstração de resultado, líquidas destes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Impostos diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social, e para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Os impostos diferidos são registrados integralmente no não circulante. 3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a

continua >>>

**continuação >>>** Madal Palfinger S.A. CNPJ 88.613.856/0001-83

Julgado de ação da Companhia, em sentido favorável, a qual determina reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos. Tais montantes serão compensados com impostos e contribuições federais. c) **Imposto de renda e contribuição social a recuperar** - Corresponderam às antecipações de imposto de renda e contribuição social, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar. Os créditos de impostos a recuperar são classificados no ativo circulante e não circulante com base na expectativa de realização dos créditos.

**9. Imobilizado:**

	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
<b>Custo do imobilizado</b>	9.611	-	-	-	9.611	-	-	-	9.611
Terenos	11.785	-	-	1.076	12.861	-	-	153	13.014
Prédios	815	-	-	46	861	-	-	66	927
Beneficiárias	7.879	-	(15)	1.460	9.324	-	-	3.178	12.502
Instalações Industriais	41.487	578	(435)	16.033	57.663	913	(610)	18.614	76.580
Máquinas, equipamentos e acessórios	1.699	75	(27)	307	2.054	55	(246)	94	1.957
Móveis e utensílios	5.571	640	(387)	1.883	7.707	672	(993)	201	7.587
Equipamentos de informática	866	-	-	-	866	-	(411)	59	514
Veículos	26.524	17.017	(7)	(20.991)	22.543	8.141	(9)	(22.766)	7.909
Imobilizado em andamento	106.237	18.310	(871)	(186)	123.490	9.781	(2.269)	(401)	130.601
<b>Total</b>	<b>2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>2024</b>
Depreciação	(8.705)	(352)	-	-	(9.057)	(374)	-	-	(9.431)
Prédios	(200)	(76)	-	-	(276)	(82)	-	-	(358)
Beneficiárias	(4.271)	(769)	1	-	(5.039)	(859)	-	-	(5.898)
Instalações Industriais	(25.980)	(3.059)	322	-	(28.717)	(4.285)	510	-	(32.492)
Máquinas, equipamentos e acessórios	(1.108)	(116)	18	-	(1.206)	(141)	245	-	(1.102)
Móveis e utensílios	(3.171)	(1.083)	284	-	(3.970)	(1.156)	987	-	(4.139)
Equipamentos de informática	(774)	(42)	-	-	(816)	(46)	411	-	(451)
Veículos	(44.209)	(5.497)	625	-	(49.081)	(6.943)	2.153	-	(53.871)
<b>Total</b>	<b>(62.028)</b>	<b>(12.813)</b>	<b>(246)</b>	<b>(186)</b>	<b>(74.409)</b>	<b>(2.838)</b>	<b>(116)</b>	<b>(401)</b>	<b>76.730</b>
<b>Valor residual</b>	<b>62.028</b>	<b>12.813</b>	<b>(246)</b>	<b>(186)</b>	<b>74.409</b>	<b>2.838</b>	<b>(116)</b>	<b>(401)</b>	<b>76.730</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária. As transferências no montante de R\$ (401) referem-se a softwares que inicialmente foram classificadas como ativo em andamento e na finalização do projeto de implantação passaram para a conta de Softwares e Licenças no grupo dos Ativos Intangíveis.

**10. Intangível:**

	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
<b>Custo do intangível</b>	5.518	-	-	186	5.704	3	-	401	6.108
Softwares e licenças	4.204	-	-	-	4.204	-	-	-	4.204
Ágio na incorporação de investimento	9.722	0	-	186	9.908	3	-	401	10.312
<b>Total</b>	<b>2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>2024</b>
Depreciação	(5.226)	(126)	-	-	(5.352)	(161)	-	-	(5.513)
Softwares e licenças	(5.226)	(126)	-	-	(5.352)	(161)	-	-	(5.513)
<b>Total</b>	<b>(4.496)</b>	<b>(126)</b>	<b>-</b>	<b>186</b>	<b>4.556</b>	<b>(158)</b>	<b>-</b>	<b>401</b>	<b>4.799</b>
<b>Valor residual</b>	<b>4.496</b>	<b>(126)</b>	<b>-</b>	<b>186</b>	<b>4.556</b>	<b>(158)</b>	<b>-</b>	<b>401</b>	<b>4.799</b>

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável. Em 2024 os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 3.408 (R\$ 4.286 em 2023) e por não atenderem aos critérios de capitalização, foram lançados ao resultado como custos e despesas operacionais.

**11. Arrendamentos:** Na data de início de cada contrato de aluguel, é realizada a avaliação se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia utiliza uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. **11.1. Ativo de direito de uso:** O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento e é depreciado linearmente pela vida útil do contrato ou pela vida útil do ativo que está sendo arrendado. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. A composição e movimentação dos ativos de direito de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está abaixo apresentada:

	2024	2023
<b>Direito de uso de prédios e terrenos</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Saldo no início do exercício	696	1.056
Adições	2.094	112
Baixas	-	-
Depreciação	(463)	(472)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>2.327</b>	<b>696</b>
<b>11.2 Passivo de arrendamento:</b> Os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento e mensurados pelo valor presente à taxa de 11,933% ao ano dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. A movimentação dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está abaixo apresentada:		
<b>Direito de uso de prédios e terrenos</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Saldo no início do exercício	759	1.093
Adições	2.094	112
Juros	185	114
Baixas	-	-
Pagamentos	(596)	(560)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>2.442</b>	<b>759</b>
Circulante	342	555
Não Circulante	2.100	204

**12. Transações com partes relacionadas:** a) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, e partes relacionadas:

	Saldos								Transações							
	Contas a receber	Contas a pagar	Mútuos	Vendas	Compras	Compras de prod. e serviços	Desp. com direitos de uso	Outras despesas operac.	Outras receitas operac.	Desp. com direitos de uso	Outras despesas operac.	Outras receitas operac.	Comissões			
<b>Controladas por acionistas da Madal Palfinger S.A. e partes relacionadas:</b>																
Andres N. Bertotto S.A.I.C.	25.788	9	-	34.602	-	5.226	-	-	-	-	88	-	-	-		
Saldo em 31/12/2024	8.111	3	-	18.527	-	6.414	-	-	-	-	2	-	-	397		
Epsilon Kran GmbH	-	1.737	-	-	-	1.019	-	-	-	-	-	-	-	-		
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	7.181	-	-	-	-	-	-	-	-		
Palfinger Europe GmbH	48	21.362	-	-	-	56.000	-	-	-	1.899	-	-	-	146		
Saldo em 31/12/2024	88	4.947	-	110	-	48.584	-	-	-	2.189	-	-	-	148		
Palfinger Platforms Italy	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	904	-	-	-	-	-	-	-	-		
Palfinger AG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	59		
Saldo em 31/12/2024	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4		
Palfinger Platforms GmbH Krefeld	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33		
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Palfinger Tail Lifts GmbH	36	-	-	-	-	2	-	-	-	-	604	-	-	604		
Saldo em 31/12/2024	58	2	-	-	-	5	-	-	-	-	166	-	-	166		
Palfinger Omaha Standard, LLC	2.123	-	-	21.607	-	114	1	-	-	-	-	-	-	-		
Saldo em 31/12/2024	5.594	-	-	19.483	-	-	-	-	-	-	36	-	-	36		
Palfinger Cranes India	1.961	-	-	2.911	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	1.687	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Palfinger EMEA GmbH	-	346	30.996	-	7.954	2.310	3.979	-	-	-	-	-	-	-		
Saldo em 31/12/2024	-	218	38.156	982	6.266	1.742	12.863	-	-	-	29	-	-	29		
Palfinger INC	-	-	-	-	800	4	-	-	-	-	-	-	-	-		
Saldo em 31/12/2024	140	4	-	-	140	1	-	-	-	-	140	-	-	140		
Palfinger North America LLC	87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.950		
Saldo em 31/12/2024	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Palfinger Interlift LLC	130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	786		
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Equipment Technology LLC	-	-	-	2	-	146	-	-	-	-	-	-	-	13		
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Palfinger Asia Pacific Pte Ltd	-	-	-	597	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-		
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Palfinger Lifting Solutions Italy S	-	-	-	-	-	1.714	-	-	-	-	-	-	-	-		
Saldo em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
<b>Total 2024</b>	<b>30.173</b>	<b>23.454</b>	<b>30.996</b>	<b>59.719</b>	<b>8.868</b>	<b>66.432</b>	<b>3.979</b>	<b>1.899</b>	<b>44</b>	<b>3.646</b>	<b>33</b>	<b>884</b>	<b>33</b>	<b>884</b>		
<b>Total 2023</b>	<b>14.064</b>	<b>5.174</b>	<b>38.156</b>	<b>40.789</b>	<b>6.406</b>	<b>64.831</b>	<b>12.863</b>	<b>2.189</b>	<b>33</b>	<b>884</b>	<b>33</b>	<b>884</b>	<b>33</b>	<b>884</b>		

A Companhia pratica transações de compra com partes relacionadas, referente a aquisição de matérias primas e materiais diretos, aplicados à produção, bem como de produtos prontos. As transações comerciais entre a Companhia e partes relacionadas são realizadas de acordo com condições específicas contratadas e poderiam ser diferentes se realizadas com terceiros. **Mútuos com partes relacionadas:** O saldo de mútuo com partes relacionadas do Passivo refere-se a um empréstimo tomado de uma das empresas do grupo Palfinger (Palfinger EMEA GmbH). Os termos deste empréstimo estão demonstrados a seguir:

Principal	Indexador	Data da transação	Vencimento
R\$ 30.000	12,9960% ao ano	12/2022	12/2025
O valor do principal do mútuo entre a Companhia e a Palfinger em aberto em dezembro de 2023 era no valor de R\$ 36.742. Deste valor, foi liquidado em 2024 R\$ 6.742. O montante remanescente de R\$ 30.000 captado em dezembro de 2022 com vencimento em dezembro de 2024 foi renovado em janeiro de 2025, com taxa de correção de 12,996% ao ano. b) <b>Remuneração do pessoal-chave da Administração:</b> Os montantes referentes a remuneração do pessoal-chave da administração estão representados como segue:			
	2024	2023	
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e benefícios)	2.092	2.500	
<b>Total</b>	<b>2.092</b>	<b>2.500</b>	

A Companhia não pagou remuneração em outras categorias de benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações às suas pessoas-chaves da administração. **13. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais

e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a provisão para litígios e os depósitos judiciais estão assim formados:

	31/12/24	31/12/23
<b>Contingências</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>
Cível	11.659	5.606
Trabalhista	608	542
Tributário	4.862	-
<b>Total Litigioso</b>	<b>17.129</b>	<b>6.148</b>
<b>Depósito Judicial</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>
Cível	436	444
Trabalhista	327	210
<b>Total Litigioso</b>	<b>763</b>	<b>654</b>

A movimentação dos processos é como segue:

	31/12/23	Adição	Reversão/Baixa	31/12/24
<b>Passivo litigioso</b>	<b>31/12/23</b>	<b>Adição</b>	<b>Reversão/Baixa</b>	<b>31/12/24</b>
Cível	5.606	6.853	(800)	11.659
Trabalhista	542	111	(45)	608
Tributário	-	4.862	-	4.862
<b>Total</b>	<b>6.148</b>	<b>11.826</b>	<b>(845)</b>	<b>17.129</b>

A Companhia é parte em diversos processos trabalhistas, tributários e civis cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, no montante de R\$ 5.191 (R\$ 3.416 em 31 de dezembro de 2023). O aumento na provisão de processos civis decorre de atualizações monetárias de saldos e desdobramentos de processos que passaram a ser avaliados com probabilidade de perda provável. O processo tributário provisionado refere-se a auto de infração sobre apuração de IRPJ e CSLL referente aos anos de 2020 e 2021 no qual se questiona deduções da base de cálculo correspondentes a royalties, juros sobre capital próprio e subvenções governamentais para as quais a Companhia já apresentou defesa e fundamentação legal.

**14. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 2024 não houve movimentação no capital social que, portanto, permaneceu no valor de R\$ 111.710, representado por 273.905.897 ações (sendo 268.722.553 ações ordinárias e 5.183.344 ações preferenciais). As ações representativas do capital social estão compreendidas em classe única quanto à natureza dos direitos de seus possuidores e todas com igual direito a voto, respeitadas as condições legais. b) **Reserva legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social. Em 2024, a reserva legal constituída foi de R\$ 1.890 (2023 R\$ 671). c) **Ações em tesouraria:** A Companhia adquiriu de acionistas minoritários (em sua maioria ex-funcionários) ações de sua própria emissão, com o objetivo de futuramente cancelar estas ações. O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 95. d) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Em 2024 a Companhia constituiu dividendos de R\$ 36 em complemento aos juros sobre capital próprio, uma vez que os juros sobre capital próprio foram imputados como dividendos.

continuação &gt;&gt;&gt;

Madal Palfinger S.A. CNPJ 88.613.856/0001-83

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 26 de março de 2025.

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-6  
Marcelo de Souza Prado Nicolau - Contador - CRC 1SP255758/O-9

**EDITAIS TÊM  
ESPAÇO  
RESERVADO**

LIGUE  
54 3218.1234

Pioneiro